



# GUATAPAR

LEI N.º 745/2013 - de 13 de dezembro de 2013.

## ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

**SAMIR REDONDO SOUTO**, Prefeito Municipal de Guatapar,  
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais,

**FAZ SABER** que, a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele  
sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O Orçamento Geral do Município de Guatapar para o exercício  
financeiro de 2014, estima  receita e fixa a despesa em R\$ 26.075.000,00 (vinte e seis milhões,  
setenta e cinco mil reais).

**Artigo 2º** - A receita prevista será realizada mediante a arrecadação dos tributos,  
rendas e outra receitas correntes e de capital, nos termos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964  
e das especificações constantes do anexo n.º 2 desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

RECEITAS CORRENTES			
01	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.149.000,00	
02	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	
03	RECEITA PATRIMONIAL	51.000,00	
04	RECEITA DE SERVIÇOS	308.000,00	
05	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.003.000,00	
06	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	340.000,00	
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE</b>			<b>28.981.000,00</b>
07	DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	3.346.000,000	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>			<b>25.635.000,00</b>

*Handwritten signature*





# GUATAPAR

RECEITAS DE CAPITAL			
01	ALIENAÇÕES DE BENS	20.000,00	
02	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	420.000,00	
<b>TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>440.000,00</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>26.075.000,00</b>

**Artigo 3º** - A despesa fixada será realizada segundo a discrimina dos quadros **PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DA DESPESA**, integrantes desta Lei, observando-se a demonstra por funes de governo, por programas, por órgãos da administra e por categorias econmicas, a saber:

POR FUNES DE GOVERNO			
01	LEGISLATIVA	860.000,00	
04	ADMINISTRA	2.065.000,00	
06	SEGURAN PÚBLICA	23.500,00	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	770.500,00	
10	SAÚDE	6.492.000,00	
12	EDUCA	10.943.000,00	
13	CULTURA	403.000,00	
15	URBANISMO	2.360.000,00	
17	SANEAMENTO	634.000,00	
18	GESTÃO AMBIENTAL	42.500,00	
20	AGRICULTURA	139.500,00	
27	DESPORTO E LAZER	496.000,00	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	596.000,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>26.075.000,00</b>

POR SUBFUNES			
031	AO LEGISLATIVA	860.000,00	
122	ADMINISTRA GERAL	2.065.000,00	
181	POLICIAMENTO	8.500,00	





# GUATAPAR

182	Defesa Civil	15.000,00	
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	22.000,00	
243	ASSIST.  CRIANÇA E AO ADOL.	129.000,00	
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	619.500,00	
301	ATENAO BÁSICA	6.317.000,00	
302	ASSIST. HOSP. E AMBULATORIAL	175.000,00	
306	ALIMENTAAO E NUTRIAO	640.000,00	
361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.152.000,00	
362	ENSINO MÉDIO	95.000,00	
364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00	
365	EDUCAAO INFANTIL	2.899.000,00	
366	EDUCAAO DE JOVENS E ADULTOS	17.000,00	
367	EDUCAAO ESPECIAL	80.000,00	
392	DIFUSÃO CULTURAL	403.000,00	
452	SERVIÇOS URBANOS	2.360.000,00	
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	634.000,00	
541	PRESERVAAO E CONS. AMBIENTAL	42.500,00	
605	ABASTECIMENTO	139.500,00	
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	496.000,00	
843	SERVIÇO DA DVIDA INTERNA	331.000,00	
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	265.000,00	
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>26.075.000,00</b>

<b>POR ÓRGÃOS E UNIDADES</b>			
<b>01</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>		
01.01	Câmara Municipal	860.000,00	
<b>02</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL</b>		
02.01	Gabinete do Prefeito	336.000,00	
02.02	Secretaria Municipal de Administração e Finanças	2.625.000,00	
02.03	Sec. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	11.842.000,00	
02.04	Secretaria Municipal de Saúde	6.492.000,00	
02.05	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	3.176.000,00	
02.06	Secretaria Municipal de Assistência Social	735.500,00	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>26.075.000,00</b>





# GUATAPAR

POR CATEGORIAS ECONMICAS			
01	DESPESAS CORRENTES	23.169.000,00	
02	DESPESAS DE CAPITAL	1.856.000,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>26.075.000,00</b>

**Artigo 4** - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

**I** – Realizar operações de crédito por antecipo da receita, de acordo com a legislação em vigor;

**II** – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

**III** – Abrir, nos termos do artigo 7 da Lei Federal n. 4320/64, créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento da despesa, fixado nesta lei, obedecido o disposto no art. 43 da referida Lei.

**IV** – Transpor, remanejar ou transferir recursos da mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal;

**V** - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

** 1** Não onerarão o limite previsto no inciso III, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas  pessoal, inativos e pensionistas, dvida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados.

** 2** A suplementação através da edição de Decreto Executivo a que alude o inciso III deste artigo, por encontrar autorização na própria Lei Orçamentária, será utilizada para reforçar dotações insuficientemente consignadas no orçamento, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas e projetos constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro.

**Artigo 5** - Fica igualmente autorizado o Poder Legislativo a suplementar as dotações da Câmara Municipal, observado o limite fixado no inciso III do artigo 4, desta Lei, indicando como recursos  anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias.





# GUATAPAR

**Parágrafo nico.** A suplementação a que alude o *caput* deste artigo será direcionada formalmente por meio de ofício ao Executivo pela Presidência do Legislativo, uma vez que a competência para edição dos respectivos decretos de suplementação, bem como de toda e qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61,  1, inciso II, letra "b" da Constituição Federal  exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

**Artigo 6.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.**



**SAMIR REDONDO SOUTO**  
Prefeito

**REGISTRADO EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.**



**WELITON FERNANDO VERONEZI**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças